



Trabalho de Conclusão de Curso

Curso de Relações Internacionais

TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido Pelo Regulamento de TCC

Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em Cumprimento das DCNs do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)

Título do Trabalho: Vulnerabilidade Da Comunidade LGBTQ+ Nos Governos Putin e o Regime Internacional De Direitos Humanos

Nome da Aluna: Elisa Haruko Shitamori Matsufugi

Nome do Orientador: Renan Honório Quinalha

Ano de Depósito: 2021

RESUMO

O principal objetivo da pesquisa é estudar a vulnerabilidade da comunidade LGBTQ+ russa nos governos Putin mais atuais (2012 - presente), a partir do regime internacional de Direitos Humanos. Portanto, o que se busca analisar é como tal vulnerabilidade é percebida nos espaços de debate internacional e o grau de eficácia no âmbito doméstico russo destas medidas de visibilidade. São duas as hipóteses deste estudo. A primeira se baseia no protagonismo dos espaços internacionais - com destaque à Corte Europeia de Direitos Humanos - como forma de recorrer à proteção dos direitos fundamentais desta minoria, por falta de amparo doméstico. A segunda defende que a eficácia das medidas resultantes desta visibilidade internacional é limitada, principalmente por conta da questão identitária russa. A metodologia científica deste trabalho utiliza fontes qualitativas, primárias e secundárias, empregando o método dialético.

PALAVRAS-CHAVES: Vulnerabilidade; Rússia; Comunidade LGBTQ+; Direitos Humanos; Conselho Europeu; Corte Europeia de Direitos Humanos

ABSTRACT

The main goal of the research is to study the vulnerability of the Russian LGBTQ+ community during the previous and present Putin government (2012 - present), from the Human Rights international regime. Therefore, the study aims to analyze how such vulnerability is perceived in the international debate area and the level of effectiveness associated with it. There are two hypotheses demonstrated in the research. The first one is fundamented on the protagonism of international spaces - emphasizing the role of the European Court Of Human Rights - as a way to appeal to the protection of fundamental rights of this minority, due to the lack of domestic support. The second one defends that the effectiveness of the measures pointed out for international visibility is limited, mainly because of a Russian identity question. The scientific methodology utilizes qualitative sources, primary and secondary, using the dialectic method.

KEY-WORDS: Vulnerability; Russia; LGBTQ+ community; Human Rights; Council of Europe; European Court of Human Rights.

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentará como propósito analisar a vulnerabilidade da comunidade LGBTQ+ na Rússia contemporânea, por meio do prisma de observação do regime internacional de proteção dos Direitos Humanos. A delimitação do tema compreende como essa notória vulnerabilidade é expressa nos fóruns de debate internacionais e, por sua vez, o quão efetivas são as medidas tomadas nesses fóruns em sua conversão para mudanças domésticas no Estado russo. Assim, o espaço compreendido no estudo é a Rússia e o recorte temporal abrange os governos Putin (2012-presente).

Os questionamentos norteadores desta pesquisa são: Como a vulnerabilidade da comunidade LGBTQ+ nos governos Putin é endereçada ao regime internacional dos DH? Como pode ser percebida a eficácia destas medidas do Regime Internacional no âmbito doméstico russo?

O foco do presente trabalho se justifica primordialmente pelo destaque do país nos espaços de debate da comunidade internacional e na mídia no que diz respeito à posição do Estado de reafirmação de uma dada imagem tradicional de masculinidade, de família ideal e de “bons costumes” da sociedade russa. Como exemplo, temos a Lei da Propaganda Homossexual (2013)¹, que baniria a divulgação de relações sexuais não-tradicionais para menores de idade. A lei foi amplamente debatida nos fóruns internacionais, colocada como discriminatória com base na Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (2017) e pelo Comitê sobre os Direitos da Criança nas Nações Unidas (2014).

A Suprema Corte da Federação Russa, fazendo referência à Convenção dos Direitos das Crianças (1989), defende que a Lei teria por objetivo último a proteção das crianças, preservando os valores da família tradicional. Constata ainda que a Lei em questão estaria de acordo com os deveres internacionais russos, à medida que, na visão da Federação,

“o livre desenvolvimento de uma criança, como um indivíduo sem maturidade mental e física o suficiente, deve ser protegido, inclusive estabelecendo restrições em interferências com a sua vida privada, o que inclui propaganda pública, imposição ativa da homossexualidade e informação sobre os conteúdos que poderiam ter um impacto negativo na formação da personalidade da criança, incluindo em relação à sua identidade sexual e gerando interesse em relações sexuais não-tradicionais, o que não é objetivamente baseado nas características fisiológicas da criança, por conta da sua inabilidade de entender criticamente as peculiaridades dos diferentes tipos de relações sexuais entre pessoas” (BARTENEV, 2018, p. 338)

Como dito, o principal objetivo é analisar o aspecto da vulnerabilidade da comunidade LGBTQ+ durante os governos Putin à luz do regime internacional dos Direitos Humanos. Para tanto, definiram-se três objetivos específicos: examinar como tal vulnerabilidade transborda para o debate internacional, considerando as condições de existência da comunidade LGBTQ+ no âmbito doméstico e as razões pelo protagonismo dos espaços internacionais de discussão; reconhecer quais foram os principais espaços de debate

¹A Lei da Propaganda Homossexual foi aprovada em 2013 pelo Parlamento russo em uma votação de 436 votos a 0. A lei nunca definiu o que se entenderia por “propaganda”. O que se proibia era a veiculação de qualquer informação que transmitisse as relações “não-tradicionais”, como equivalentes ou superiores às aquelas tradicionais. “Em adição, as leis são feitas para garantir que as relações sexuais ‘não-tradicionais’ (isto é, não heterossexuais e não heteronormativas) sejam entendidas como socialmente inferiores, refletindo o apoio estatal a políticas pró-natalistas” (Wilkinson, 2014, p. 366, tradução nossa). Antes da Lei ser adotada a nível federal, foi adotada em 14 regiões da Federação, incluindo Ryazan Oblast, Arkhangelsk, Kostroma, Magadan, Novosibirsk, Samara, Vladimir, Kaliningrad, Sverdlovsk Oblasts, Krasnodar, Bashkiria, Dagestan e São Petersburgo.

internacional utilizados para dar visibilidade ao tema, assim como as medidas ou pareceres finais, gerados a partir de cada discussão; e, por fim, questionar a eficácia do debate e das medidas internacionais quanto ao âmbito doméstico. Ou seja, o quanto o debate influenciou, durante o período abrangido, a conversão em medidas domésticas práticas de segurança desta comunidade. Estes objetivos guiarão a organização deste artigo, sendo cada seção dedicada a cada um dos pontos supracitados.

O tema, desta forma, se torna relevante para o debate das Relações Internacionais na medida em que aborda como os fóruns internacionais de discussão têm sido utilizados como instrumentos das minorias sexuais para recorrer das violações de Direitos Humanos, já que não poderia dirigi-las à proteção do próprio Estado violador. O estudo mais específico do tema pode agregar também na avaliação da eficácia de tais meios enquanto ferramenta motivadora de mudança doméstica.

Destes pontos de estudo, temos que a primeira hipótese a ser trabalhada neste artigo está baseada em considerar os espaços de debate internacional enquanto uma alternativa de visibilidade à vulnerabilidade da minoria LGBTQ+ russa. A Corte Europeia de Direitos Humanos tem sido um mecanismo bastante notável para contestar as incoerências do Estado russo, principalmente ao que diz respeito à interferência nas liberdades de expressão e de associação e no princípio de não-discriminação. Aqui também deve-se avaliar tal protagonismo destes mecanismos de visibilidade, devido à falta de instrumentos domésticos que possam, efetivamente, endereçar tais problemas.

Passado o momento de indagar a visibilidade trazida pelos mecanismos internacionais, deve-se colocar em questionamento a eficácia da conversão desta visibilidade em medidas domésticas. Assim, a segunda hipótese demonstra que a eficácia do debate da esfera internacional e das medidas provenientes deste, no âmbito doméstico russo, ainda é bastante limitada. Há de se considerar o conflito identitário envolvido na problemática, uma vez que se tem uma construção de identidade do “ser russo” em grande parte pautada no contraste com os valores ocidentais. As medidas internacionais, assim, são por vezes refutadas por serem associadas a uma imposição destes valores ocidentais liberais. Prata Filho (2015, p. 52) ainda afirma que a Rússia, por ser um Estado considerado frágil - por conter instituições estatais fragmentadas, baixa mobilização da sociedade civil e nível de mobilização social reduzido - tem o impacto das demandas internacionais significativamente constrangido na implementação das tomadas de decisões do Estado.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa consiste em uma investigação de natureza qualitativa, a partir da revisão bibliográfica sobre o tema e a análise dos documentos oficiais pertinentes.

Serão empregados dados secundários para a análise, utilizando-se primordialmente dos meios bibliográficos já elaborados sobre o tema, dentre artigos científicos e livros que abordem não só a problemática da vulnerabilidade da comunidade no cenário russo, mas que realizem a intersecção desta visibilidade no palco internacional. Adicionalmente, também será aplicada a análise de documentários que contemplem depoimentos diretos da comunidade na Rússia.

Buscará analisar-se os fatos por meio das denúncias levadas a cabo nos meios internacionais de discussão - dando-se maior ênfase à Corte Europeia de Direitos Humanos, devido ao seu protagonismo em tal cenário. Para isso, serão utilizadas fontes primárias tais como decisões, relatórios e planos de ação. Por fim, vale destacar que o ponto de partida para o trabalho será o referencial teórico de Judith Butler, sobretudo sua conceituação de vulnerabilidade de uma determinada comunidade.

1 AS VULNERABILIDADE DA COMUNIDADE LGBTQ+ NO ESPAÇO RUSSO

Para iniciar esta análise, devemos considerar o termo “vulnerabilidade” a partir do referencial teórico de Judith Butler (2015), que o analisa a partir de dois primas possíveis: a vulnerabilidade como resistência e a vulnerabilidade como relacionalidade. A primeira dimensão é concebida pela autora como corroboração da argumentação da agência do sujeito: “Mesmo esses agentes cuja capacidade política é frequentemente renegada, as populações precárias, ao se colocarem no espaço público, produzem uma tensão na esfera de representação; esses corpos, mesmo sem dizer nada, já produzem uma resistência” (DEMETRI, 2018, p.184). Esta dimensão será constantemente empregada na análise das formas de expressão política nos fóruns internacionais, enquanto forma de resistência da comunidade LGBTQ+ russa.

A segunda dimensão consiste na interpretação de que o sujeito sempre estará inserido em uma troca relacional. Em outras palavras, “para a autora, o corpo precisa ser concebido em conjunto com as infraestruturas, de todos os níveis e modalidades, que permitem e

possibilitam as condições seguras de existência de um corpo” (BUTLER, 2015, p. 130). Neste sentido, se compreende a vulnerabilidade do sujeito enquanto atrelado a uma infraestrutura em que se está situado. É aqui que encontramos espaço para buscarmos compreender alguns dos fatores da infraestrutura cultural e social russa que permeiam tal vulnerabilidade.

Podemos utilizar como ponto de partida para esta análise a aprovação da Lei da Propaganda Homossexual, em 2013. Segundo Wilkinson (2014, p. 366), a primeira problemática que encontramos neste sentido é que, em parte alguma da descrição da lei, se delimita o que se entende por “propaganda”. Representantes do Estado tentaram uma melhor definição, ao se distinguir propaganda de conteúdos informativos. Segundo Yelena Mizulina - atual membra do Comitê para Família, Mulheres e Crianças da Duma² (Wilkinson, 2014, p. 366) - apenas as ações que objetivam a popularização de relações sexuais não-tradicionais entre menores estaria banida. Logo, entende-se que compor relação não-tradicional ou mesmo distribuir informações neutras sobre tais relações e orientações sexuais, segundo tal colocação, seria legal. Entretanto, na prática, qualquer representação pública destas relações, que não transmitissem caráter negativo, poderiam ser tidos como “propaganda homossexual”. Ainda, segundo Wilkinson,

“a lei está desenhada para garantir que as relações sexuais não-tradicionais - isto é, não heterossexuais e não heteronormativas - sejam entendidas como socialmente inferiores, refletindo o apoio ativo do Estado para políticas pró-natalistas e paternalistas para promover os ‘valores da família tradicional’ desde 2006”. (2014, p. 366, tradução nossa)³

Este apoio ativo ainda está relacionado à promoção da ideia de interesse nacional russo, conforme exploraremos nas seções seguintes.

Putin - o então e atual presidente russo - em entrevista ao jornalista americano Charlie Rose em 2015, defende ainda que as pessoas de sexualidades não tradicionais não sofreriam de acusações ou qualquer ato que restrinja o seu modo de vida. Segundo o presidente:

² Câmara baixa da Assembleia Federal russa.

³ “The laws are designed to ensure that “nontraditional” (that is, nonheterosexual and nonheteronormative) sexual relationships are understood to be socially inferior (Venice Commission 2013: 3), reflecting the state’s increasingly active support for pronatalist and paternalist policies to promote “traditional family values” since 2006”

“Não deveria haver nenhuma acusação criminal ou qualquer acusação que restrinja as pessoas, com base em raça, etnicidade, religião ou orientação sexual. Nós não temos isso [...] As pessoas de sexualidades não tradicionais trabalham, vivem em paz, são promovidas, recebem prêmios pelas suas conquistas em ciência, arte e outras áreas. [...] Mas temos uma banição em propaganda homossexual para menores. Eu não vejo nada não-democrático nesse ato legal. Acredito que deveríamos deixar as crianças em paz. Que deveríamos dar a elas a chance de crescer, de entender quem são e decidirem quem são. Se consideram um homem ou mulher? Querem viver em um casamento normal natural ou em um não natural?”⁴

Esta visão, contudo, pode ser contestada pelos números de crimes proferidos contra representantes da comunidade LGBTQ+ - considerando-se aqueles que são reportados e denunciados, conforme nos aprofundaremos no debate a seguir. Segundo a organização Russian LGBT Network em 2013, 15.4% dos respondentes indicaram que já haviam sofrido algum tipo de violência física pelo menos uma vez no ano anterior, enquanto que 3.3% sofreram violência física devido à sua orientação sexual (LGBT ORGANIZATION "COMING OUT", 2014).

Sundstrom e Sperling (2019, p. 5) ainda salientam a relação entre mudanças nas leis e mudanças na opinião pública. Como exemplo, as autoras (2019, p.5) argumentam que durante a era soviética de Gorbachev, em que a sodomia era criminalizada, em pesquisa pública promovida pela agência de pesquisa do Estado, em 1989, 35% dos respondentes opinavam que homossexuais deveriam ser liquidados e 28% que deveriam ser isolados da sociedade, resultando em 63% do total dos respondentes com opiniões negativas quanto à inserção dos representantes das chamadas sexualidades “não-tradicionais”. Em contrapartida, após a descriminalização da sodomia, em 1993, a pesquisa foi novamente aplicada (1999). Desta vez, demonstrou-se uma queda nos números das mesmas posições, que decaem para 15% e 23%, respectivamente, representando um total de 38% dos respondentes. Ou seja, em quase uma década, este número é reduzido quase em 40%, com mudanças legislativas.

Quando trazemos tal análise ao contexto atual, após a aprovação da Lei da Propaganda Homossexual de 2013, temos que 21% das pessoas entrevistadas defendem a liquidação dos membros da comunidade LGBTQ+, enquanto 37% optam pela sua separação da sociedade, resultando em um total de 58% dos entrevistados. Em segunda análise, ainda, em 2017, 83% dos entrevistados defenderam que o sexo entre adultos do mesmo sexo é “sempre” ou “quase sempre” repreensível, em contraste a percentuais de 68% em 1998 e 78%

⁴ Informação concedida em entrevista ao jornalista americano Charlie Rose, em setembro de 2015. Tradução nossa.

em 2008. Outro ponto de análise passível de destaque é a questão etária. Entre os respondentes, em 2017, a pesquisa indicou um nível similar de homofobia entre pessoas mais jovens e mais velhas.

Estes números da opinião pública ainda podem ser corroborados pelos números de crimes de ódio contra homossexuais, que dobraram em 2017, após a aprovação da Lei de Propaganda Homossexual. Tais crimes passaram ainda a ter grande visibilidade, ao serem gravados e postados na internet pelos agressores. Um caso a ser citado é de um grupo que se autointitula “Occupy Pedophilia” que, em 2013, passou a promover ações virtuais para atrair pessoas que pudessem ser identificadas como homossexuais para locais isolados, onde agrediriam física, psicológica e sexualmente a vítima. Dentre os casos, também ocorrem torturas e assassinatos, tudo com o objetivo da exposição midiática, por meio da qual professam a ideia de que a homossexualidade, como uma enfermidade, pode ser curada. Para isso, parte da agressão se dá com o despejo de urina na cabeça das vítimas. “Esse tipo de caso é raramente investigado, e com frequência as autoridades se referem a eles como movimentos civis lutando pela expurgação dos pecados da sociedade” (BERGER, 2017, p. 70).

Sundstrom e Sperling (2019) também trazem à luz outras formas de discriminação performadas na sociedade russa, que também aumentaram após a Lei de 2013. Aqui podemos citar as discriminações sociais e trabalhistas, em que representantes da comunidade LGBTQ+ são expulsos ou demitidos de seus empregos, por conta de sua orientação sexual.

Passado o momento de compreender tal contexto estrutural, faz-se possível a análise dos mecanismos domésticos existentes - ou a falta destes - para a denúncia de tais violações. Um aspecto importante a ser considerado é o elemento de pressão social. Aqui as autoras (2019, p. 7) colocam em perspectiva dois obstáculos centrais para a vocalização de tais violências. O primeiro deles é com relação ao próprio indivíduo violentado. Uma vez que se considere tal elemento estrutural russo, que constringe e tende à exclusão das minorias sexuais, muitos daqueles que sofrem algum tipo de violência acabam por optar por não dar visibilidade ao seu próprio caso. Isto por dois motivos possíveis: a homofobia internalizada e a descrença na punibilidade dos agressores pelo sistema público.

Aqui podemos nos dedicar em primeiro momento ao que as autoras chamam de “homofobia internalizada” (2019, p. 7). Pensa-se este fenômeno a partir da vulnerabilidade relacional de Butler, com a modelagem estrutural do meio social de construção do indivíduo, que parte de um pensamento que distancia cada vez mais as orientações

não-heteronormativas do que se define por “ser russo”. Com isso, o que ocorre em alguns destes casos é que se passa a ter uma crença de que “qualquer coisa que aconteça a eles é culpa deles mesmos, que não deveriam se expor ou expor a sua orientação” (SUNDSTROM; SPERLING, 2019, p. 7, tradução nossa)⁵.

O segundo ponto - que é também o segundo obstáculo colocado pelas autoras - é de que, ainda que se considerando a dificuldade em denunciar tais casos, há também de se avaliar que os casos que são levados ao sistema público não são tratados imparcialmente. Para fins ilustrativos, podemos tratar de casos policiais e judiciários. Em entrevista a um documentário da Human Rights Watch (2014 apud SUNDSTROM; SPERLING, 2019, p.8), o ativista LGBT, Gleb Latnik, após ser agredido em uma demonstração dos direitos LGBTQ+, tentou reportar o caso à polícia. A resposta obtida, segundo o entrevistado, foi “Tudo bem. Você é gay. É normal que você seja atacado. Por que iria querer submeter uma queixa?” (2014 apud SUNDSTROM; SPERLING, 2019, p.8, tradução nossa)⁶.

A esta omissão e até cumplicidade do sistema público com relação às violações proferidas a indivíduos da comunidade LGBTQ+, podemos resgatar aqui o conceito de violência cultural de Galtung (GALTUNG, 1990). Neste sentido, tal modalidade de violência se caracteriza como sendo

atitudes, argumentações, incitações, acusações e, sobretudo, quaisquer aspectos da cultura que podem ser utilizados para promover, legitimar ou justificar a violência - sendo de forma direta ou estrutural - de modo que a violência cultural permite enxergar a exploração ou repressão como fatos normais. (AMARAL, 2015, p. 105)

Em adição a este resgate teórico, Berger (2017) ainda categoriza o caso russo como uma “agressão sistemática”, uma vez que corroborada pelo aparelho estatal e seus representantes e que cumpra “uma função simbólica ao impedir que estes vivam as suas vidas privadas, devido ao medo da perseguição e da violência” (BERGER, 2017, p.71). Para este embasamento, o autor ainda cita o caso da Chechênia como um dos mais graves aferidos contra os Direitos Humanos da comunidade na Rússia. Em 2017, as autoridades chechenas incitaram a caça de homossexuais, devido à tentativa do grupo ativista GayRussia.ru de realizar paradas de orgulho gay. As tratativas se tornaram ainda mais drásticas com as

⁵ “Whatever happens to them is their own fault, they shouldn’t stick out, or advertise their orientation, and therefore, if something happens to them [they see it as] their fault”

⁶ “That’s all right. You’re gay. It’s normal that you were attacked. Why would you want to submit a complaint?”

acusações direcionadas ao governo de checheno de compor um campo de concentração de homossexuais, com centenas de indivíduos detidos e 3 óbitos. As vítimas foram liberadas e tiveram a orientação sexual revelada às suas famílias, sem consentimento, de forma a incentivar que as famílias chechenas “restaurassem a honra da família”, por meio do assassinato dos homossexuais em suas famílias.

Esta não foi a primeira vez que se promoveu tal incitação de assassinato dentro do próprio ambiente familiar dos membros LGBTQ+. Anteriormente, o porta-voz do governo checheno chegou a negar a existência de homossexuais na república, sendo que, se existissem, as forças policiais não teriam que interferir, dado que a família já se encarregaria de mandá-los para “um lugar de onde não possam retornar” (2017 apud BERGER, 2017, p. 71). A Chechênia é caracterizada por possuir um alto nível de autonomia dentro do Estado russo e tal episódio foi, de início, ignorado pelo Kremlin. Assim, “a cultura pode acarretar repressão, exploração, desrespeito contra determinadas comunidades e ser considerado um fato normal. Portanto, concretiza a existência de práticas discriminatórias que de forma direta atingem e violentam tais comunidades” (AMARAL, 2015, p. 106).

Outro argumento apontado por Sundstrom e Sperling (2019) sobre a ineficiência do sistema doméstico russo na tratativa de tais casos é que todos os casos de agressões proferidas contra representantes da comunidade LGBTQ+, até o momento, não foram julgados enquanto crimes de ódio, o que implica em sentenças mais brandas aos crimes delatados. Sendo assim, estes casos são levados à investigação enquanto casos particulares. As autoras (2019, p. 9) ainda afirmam que a razão pela qual não são considerados como crimes de ódio se dá pela falta de consideração do grupo LGBTQ+ enquanto um grupo social.

Uma reflexão que cabe a esta discussão é que este “não considerar” não apenas influi na invalidação da existência e visibilidade do grupo social, mas também o impede de buscar formas de denúncia e resistência por vias legais. Assim, esta invalidação da comunidade enquanto um grupo social torna os instrumentos domésticos russos ineficazes na busca por resistência. Um exemplo disto é da ativista LGBTQ+ Masha Kozlovskaja, que sofreu ataques em 2013: “Quando reporte o ataque à polícia e escrevi que estava relacionado à hostilidade contra LGBTQ, eles me perguntaram o que LGBT significava. Se não sabem o que é, então

como irão investigar o caso?” (2014 apud SUNDSTROM; SPERLING, 2019, p.9, tradução nossa)⁷.

Com isso, é possível inferir que pouco se tem como recursos de resistência à violência contra a comunidade LGBTQ+ no cenário russo. A inércia das forças e do judiciário do Estado em identificar, delatar e julgar tais casos faz com que a alternativa mais próxima seja recorrer aos fóruns de debate internacionais para dar visibilidade à falta de amparo no âmbito doméstico. Esta falta de amparo ainda é negada e encoberta pelo Estado, sob a justificativa de proteger os próprios valores e interesse nacional. Acompanharemos na próxima sessão como se busca por visibilidade nos meios internacionais, buscando a compreensão situada dentro do Regime Internacional dos Direitos Humanos.

2 A RÚSSIA NO DEBATE INTERNACIONAL DOS DIREITOS LGBTQ+ ENQUANTO DIREITOS HUMANOS

A Rússia é signatária de alguns tratados de Direitos Humanos, como por exemplo, a Convenção Europeia de Direitos Humanos de 1950 e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. A Convenção Europeia tem protagonismo nesta pauta, dada a extensão de direitos previstos em Carta e o estabelecimento da Corte Europeia de Direitos Humanos (CtEDH). Dentre esses direitos, podem-se citar o direito à liberdade de expressão, o direito à não-discriminação e o direito à liberdade de associação e assembleia (BERGER, 2017, p. 59).

A Rússia aderiu ao Conselho Europeu em 1996 e, desde então, é crescente o número de denúncias recebidas pela Corte relativas à discriminação por motivos de orientação sexual. Segundo Berger (2017, p. 75), a adesão da Rússia ao sistema europeu de proteção aos Direitos Humanos, em primeira leitura, representou um contraponto à tradição soviética, contrária à aplicação direta de tratados internacionais. Além disso, “a ascensão da Federação Russa a um tribunal de Direitos Humanos com acórdãos vinculantes representou um novo parâmetro protetivo para o Estado russo, que deixou de perceber os Direitos Humanos como meros slogans” (BERGER, 2017, p. 75). Bartenev (2018, p. 331), no entanto, destaca que até

⁷ “When I reported an attack on myself to the police, and wrote that it was ‘associated with enmity (nenavist’iu) toward LGBT’, they asked me what ‘LGBT’ meant. If they don’t have a clue what that is, how are they going to investigate it?”

que o primeiro caso LGBTQ+ fosse decidido em 2010, as autoridades russas pouco endereçaram atenção ao ativismo da Corte.

Seguindo a linha do argumento de Bartenev, podemos tomar como exemplos alguns dos casos de maior relevância quanto à discussão internacional. Começaremos pelo caso *Alekseyev v. Rússia* (2010), simbólico, como mencionado por Bartenev, por ser o primeiro caso LGBTQ+ russo decidido pela Corte. Em seguida, analisaremos o caso *Bayev v. Rússia* (2017) a fim de aprofundarmos o debate da relação entre liberdade de expressão e as leis russas de Propaganda Homossexual.

Nas subseções seguintes é válido notarmos a ênfase das respostas russas às acusações nos aspectos de proteção à moral e dos valores tradicionais russos. Na seção seguinte nos dedicaremos a entender como tais medidas da Corte são interpretadas e internalizadas em âmbito doméstico russo.

2.1 Alekseyev V Russia (2010)

Neste caso, o aplicante - Nikolay Alekseyev - submeteu o caso à CtEDH⁸ após casos de banição e represália às demonstrações de orgulho LGBTQ+. O caso foi levado à Corte, após diversas tentativas de denúncias às cortes distritais russas, que se negavam a receber as petições - corroborando a hipótese da seção anterior deste artigo sobre o protagonismo dos meios internacionais em decorrência da ineficácia de meios domésticos de recorrência.

Segundo documentado no caso oficial (CONVENÇÃO EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS, 2010), o aplicante relata o início das ocorrências em 2016, quando tentava mobilizar a atenção pública - por meio de uma marcha do orgulho - para a discriminação contra as minorias sexuais na Rússia e para a necessidade de tolerância pelas autoridades do Estado. Nesta primeira tentativa, a agência de notícias Interfax publicou um comentário do secretário de imprensa do prefeito de Moscou, citando que o prefeito, Yuri Luzhkov, teria declarado que “o governo da capital não permitirá que uma parada gay aconteça em qualquer forma, seja abertamente ou disfarçada [como uma demonstração de direitos humanos], e

⁸ As queixas à Corte podem ser submetidas por pessoas físicas, grupos de pessoas ou Estados-membros. O aplicante não necessariamente precisa ser europeu. A definição é que deve ser alvo de atos que envolvam violação aos Direitos Humanos previstos na Convenção Europeia (Publicações da Escola da Agu, 2016)

qualquer tentativa de promover qualquer ação não-autorizada será severamente repreendida”⁹ (CONSELHO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS, 2010, p. 2, tradução nossa).

Nesta primeira tentativa, o prefeito recusou a permissão para a realização da parada, argumentando em favor da prevenção de protestos e pela proteção da saúde, moral e direito de liberdade de outros. Em adição, o prefeito atestou que havia recebido um número considerável de petições de representantes do Legislativo e do Executivo e de representantes da Igreja Ortodoxa contrários à parada. Luzhkov ainda constatou que 99,9% da população de Moscou havia apoiado a banição. Trouxe também o fator da moralidade religiosa, demonstrando que as três religiões mais representativas em Moscou - a Igreja Ortodoxa, a Mesquita e a Sinagoga - eram contrárias à demonstração, que, por conseguinte, se tornava inaceitável e impraticável na cidade, em oposição a “algum país do Ocidente mais progressivo nessa esfera”.

O aplicante voltou a submeter novas solicitações ainda em 2016, em 2017 e 2018, sempre sem sucesso e sob a mesma justificativa. Alekseyev, junto a outros ativistas, ainda tentaria outras formas de protesto, como passeatas (2016) e conferências (2017), resultando em ambos os casos na prisão de Alekseyev e de outros ativistas, que reportaram também injúrias leves, em decorrência da força policial alocada. Segundo o aplicante, na conferência celebrando o Dia Internacional Contra a Homofobia (2016), havia cerca de 150 policiais do esquadrão especial de protestos.

Assim, Alekseyev submeteu o caso à Corte, alegando a violação do Artigo 11 da Convenção Europeia, a saber:

1. Todos têm o direito à liberdade de assembleia pacífica e à liberdade de associação com outros, incluindo o direito de formar uniões para a proteção de seus interesses.
2. Nenhuma restrição deve ser colocada em exercício destes direitos, além daquelas prescritas por lei e necessárias em uma sociedade democrática nos interesses da segurança nacional ou segurança pública, para a prevenção de desordem ou crime, para a proteção da saúde ou moral ou para a proteção dos direitos e liberdades de outrem. [...] (CONSELHO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS, 2010, p. 13)

⁹ “The government of Moscow [would] not even consider allowing the gay parade to be held [...] the government of the capital city will not allow a gay parade to be held in any form, whether openly or disguised [as a human rights demonstration], and any attempt to hold any unauthorised action will be severely repressed”

Em resposta, a Rússia defende que “a banição aos eventos organizados pelo aplicante foi imposta de acordo com a lei, visou a um fim legítimo e foi necessária para uma sociedade democrática”¹⁰ (CONSELHO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS, 2010, p. 12, tradução nossa). Segundo a posição oficial russa, embasada no Artigo 55¹¹ da Constituição da Federação Russa e no Ato de Assembleia¹², em Seção 8^a¹³, a banição seria legal, uma vez que as demonstrações do grupo LGBTQ+ poderiam comprometer a segurança do Estado, devido à possível atuação de grupos de ódio, como os neonazistas ou grupos mais extremistas da Igreja Ortodoxa. Em corte, o governo russo ainda salientou que a promoção da homossexualidade, em qualquer forma, seria incompatível com as doutrinas religiosas da maioria da sociedade russa. A permissão às demonstrações poderia ser interpretada como “um insulto intencional para os sentimentos religiosos e uma depreciação terrível à dignidade humana”¹⁴ (CONSELHO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS, 2010, p. 13, tradução nossa).

Outro argumento da Federação foi que a parada, sendo um evento em local público, poderia gerar exposição a espectadores involuntários, como crianças. Reiteraram ainda que “qualquer forma de celebração do comportamento homossexual deveria tomar lugar em lugares privados, com acesso restrito”¹⁵ (CONSELHO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS, 2010, p. 14, tradução nossa).

Berger (2017) menciona ainda que o Estado teria agido dentro de sua “margem de apreciação”, ou seja, dentro do espaço de debate que contempla questões controversas que restringem direitos por parte do Estado. Nesta leitura, o Estado seria o detentor dos melhores recursos à compreensão do caso, uma vez que estejam sob análise também os valores morais e culturais da sociedade em questão.

¹⁰ “The ban on the events organised by the applicant had been imposed in accordance with the law, had pursued a legitimate aim and had been necessary in a democratic society.”

¹¹ O Artigo 55 § 3 da Constituição da Federação Russa institui que “os direitos e liberdades podem ser restritas por leis federais pela proteção de princípios constitucionais, moral, saúde e interesses legítimos de outros e para garantir a defesa e segurança do Estado” (CONSELHO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS, 2010, p.8)

¹² Lei Federal de Assembleias, Reuniões, Demonstrações e Marchas.

¹³ A seção 8^a do Ato de Assembleia define que “Um evento público pode ocorrer em qualquer localização própria para o evento se a sua conduta não criar uma ameaça [...] para a segurança dos participantes no evento. A banição pelo governo ou restrições podem ser especificadas por leis federais” (CONSELHO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS, 2010, p.8)

¹⁴ “Allowing the gay parades would be perceived by believers as an intentional insult to their religious feelings and a ‘terrible debasement of their human dignity’”

¹⁵ “Any form of celebration of homosexual behaviour should take place in private or in designated meeting places with restricted access.”

O entendimento da Corte, por fim, foi de que a Federação Russa, ao banir as tentativas de parada LGBTQ+, estaria violando o direito à liberdade de reunião e de associação¹⁶, sendo dever do Estado garantir a segurança dos participantes. Assim, a decisão da Corte foi de não aceitar como válido o argumento do governo russo de que a ameaça de desordem pública seria o maior impeditivo para a medida - *drástica*, nas palavras da Corte - de banição, ainda mais sendo esta repetida por mais de três anos. A decisão da Corte ainda reitera que se deve garantir o cumprimento do Artigo 11 da Convenção, salvo quando os manifestantes tenham intenções de promoção à violência ou neguem os fundamentos de uma “sociedade democrática”.

Outros artigos violados, na visão da Corte, foram o referente ao direito a um recurso efetivo¹⁷ - já que todas as tentativas de manifestação foram recusadas pelo Estado - e à não-discriminação¹⁸. É importante destacar que o artigo 14 - de não-discriminação - é apenas reconhecido, em condição de adição à violação de outro direito fundamental - neste caso, o de liberdade de reunião e associação. Em adição, a Corte aponta a correlação entre as posturas de banição das demonstrações e as fortes opiniões públicas expressas por Luzhkov.

2.2 Bayev e outros V. Rússia (2017)

Outro caso sobre o qual nos debruçaremos a fim de analisar a discussão internacional - nesta seção - e a reação doméstica russa - na seção seguinte - é o caso de Bayev e Outros v. Rússia (2017). O caso foi selecionado para esta análise, dado que promove o debate entre as leis russas contra a Propaganda Homossexual e os direitos humanos.

O caso Bayev foi levado à Corte por três aplicantes - dentre eles, Alekseyev, aplicante do caso anterior - em resposta a sanções impostas pelo governo russo em três tentativas de

¹⁶ Corresponde ao artigo 11 da Convenção, a ver: “Qualquer pessoa tem direito à liberdade de reunião pacífica e à liberdade de associação, incluindo o direito de, com outrem, fundar e filiar-se em sindicatos para a defesa dos seus interesses.” (CONSELHO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS, 1950, p. 13).

¹⁷ Corresponde ao artigo 13 da Convenção, a ver: “Qualquer pessoa cujos direitos e liberdades reconhecidos na presente Convenção tiverem sido violados tem direito a recurso perante uma instância nacional, mesmo quando a violação tiver sido cometida por pessoas que atuem no exercício das suas funções oficiais” seus interesses.” (CONSELHO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS, 1950, p. 13).

¹⁸ Corresponde ao artigo 14 da Convenção, a ver: “O gozo dos direitos e liberdades reconhecidos na presente Convenção deve ser assegurado sem quaisquer distinções, tais como as fundadas no sexo, raça, cor, língua, religião, opiniões políticas ou outras, a origem nacional ou social, a pertença a uma minoria nacional, a riqueza, o nascimento ou qualquer outra situação.” (CONSELHO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS, 1950, p. 13).

protestos. A primeira, em frente à escola secundária em Ryazan, com placas afirmando que “Homossexualidade é normal”¹⁹ e “Eu tenho orgulho da minha homossexualidade”²⁰ (CONSELHO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS, 2017, p. 2, tradução nossa). A segunda, em frente à biblioteca infantil em Arkhangelsk, expressando que a “Rússia tem a maior taxa de suicídio adolescente. Esse número inclui uma grande proporção de homossexuais. Eles tomam esse passo por falta de informação sobre a sua natureza. Deputados são assassinos de crianças. A homossexualidade é boa!”²¹ (CONSELHO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS, 2017, p. 3, tradução nossa). A terceira, em frente ao prédio administrativo da Cidade de São Petersburgo: “Homossexualidade não é uma perversão. Hóquei em campo e ballet no gelo são”²² (CONSELHO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS, 2017, p. 3, tradução nossa). Todos os casos resultaram em penalidade administrativa e prisão.

Os aplicantes recorreram à Corte após pelo menos três tentativas frustradas de recorrer à Corte Constitucional russa, que declarou inadmissíveis as reclamações, dado que “é responsabilidade do Estado tomar medidas para a proteção das crianças de informação, propaganda e ativismo que seja prejudicial à saúde e ao desenvolvimento moral e espiritual”²³ (CONSELHO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS, 2017, p. 4, tradução nossa). O embasamento para os rechaços da Corte Constitucional estaria respaldado por leis regionais²⁴ e federais²⁵ de Proibição de atividades públicas que visam à promoção da homossexualidade entre menores. Ainda, para embasamento em CtEDH, a Federação também se utilizou da aprovação da Lei Federal de 2013, de Propaganda das relações sexuais não-tradicionais entre menores.

O governo aceitou que as sanções administrativas representaram interferência no direito de liberdade de expressão, ainda que reiterassem que haviam sido impostas de acordo

¹⁹ “Homosexuality is normal”

²⁰ “I am proud of my homosexuality”

²¹ ““Russia has the world’s highest rate of teenage suicide. This number includes a large proportion of homosexuals. They take this step because of the lack of information about their nature. Deputies are child-killers. Homosexuality is good!””

²² “Homosexuality is not a perversion. Field hockey and ice ballet are.”

²³ “The responsibility of the State bodies of the Russian Federation to take measures for the protection of children from information, propaganda and activism which is harmful to their health and moral and spiritual development.”

²⁴ Lei número 41-OZ de Ryazan Oblast de 2006: “Atividades públicas que visem à promoção da homossexualidade (sodomia e lesbianismo) não serão permitidas” (CONSELHO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS, 2017, p. 7, tradução nossa).

²⁵ Lei número 436-F3 de 2010, “Da Proteção das Crianças de Informação que Seja Prejudicial à sua Saúde e Desenvolvimento” (CONSELHO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS, 2017, p. 7, tradução nossa).

com a lei. As sanções teriam sido necessárias para a manutenção da sociedade democrática, novamente sob o argumento de proteção da saúde e moral pública. Aqui, mais uma vez, assim como no caso de Alekseyev, a Federação clama o direito à margem de apreciação, que contempla a discussão do direito de liberdade de expressão, quando esta envolve as esferas moral e religiosa.

Além disso, o governo ainda argumenta que as demonstrações dos aplicantes eram estritamente relacionadas à propaganda dos valores não-tradicionais, em oposição à expressão de opinião ou expressão de informações de forma neutra. Ressaltam ainda o público ao qual tais ações estavam sendo direcionadas, sendo os locais estrategicamente escolhidos para atingir a população menor de idade, “colocando pressão psicológica sobre as crianças, influenciando em sua autoidentificação e invadindo suas vidas privadas”²⁶ (CONSELHO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS, 2017, p. 17, tradução nossa).

Segundo o posicionamento do governo, a proibição de tais atividades no âmbito público busca prevenir que a atenção das crianças e adolescentes seja focada nas relações sociais, o que poderia ser responsável por “deformar significativamente o entendimento da criança dos valores constitucionais, como a família, a maternidade, a paternidade e a infância, afetando não só o seu estado psicológico e desenvolvimento, mas também a sua adaptação social”²⁷ (CONSELHO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS, 2017, p. 6, tradução nossa). A propagação de informações, portanto, visando a garantir a sua neutralidade, deveria ser assessorada por professores, médicos e psicólogos. Tal pontuação, entretanto, não significa - segundo a Federação - um parecer negativo por parte do Estado às relações não-tradicionais.

Ainda sobre o cunho das informações, o governo defende que as propagandas das relações não-tradicionais automaticamente implicam a negação dos valores da família tradicional, sendo assim, justificadas as restrições. O governo reitera que as relações não-tradicionais também estão relacionadas com maiores riscos à saúde - como a contração de HIV - além de ser um grande impeditivo ao crescimento populacional.

Os aplicantes, por outro lado, confirmaram a intencionalidade das escolhas dos lugares para protesto, dado que se protestava contra as leis - em suas visões, discriminatórias - de “propaganda homossexual”. Refuta-se a ideia de que se pretendia promover a

²⁶ “Placed psychological pressure on children, influenced their self-identification and intruded into their private lives.”

²⁷ “Deforming significantly the child’s understanding of such constitutional values as the family, motherhood, fatherhood and childhood, and adversely affecting not only his or her psychological state and development, but also his or her social adaptation.”

superioridade de tais relações. O que se buscava era confrontar a percepção da homossexualidade enquanto uma “perversão”, promovendo a tolerância. Justifica-se, desta forma, a escolha dos lugares para protesto, uma vez que se faz necessário promover tal entendimento entre a população adolescente, que sofre os riscos de bullying e intolerância, levando aos altos índices de suicídio entre adolescentes, como mencionado no cartaz de manifestação.

A Corte, por sua vez, rejeita o argumento russo de que as banições poderiam ser fundamentadas pelo elemento moral. Segundo Estrasburgo, o sentimento popular apenas poderia estender o escopo da Convenção para a proteção de direitos e nunca estreitá-la. A Corte ainda julga a legislação contra a propaganda homoafetiva como exemplo de um embasamento pré-disposto, com vistas a “criar uma imagem distorcida da equivalência social das relações sexuais não-tradicionais e tradicionais”²⁸ (CONSELHO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS, 2017, p. 25, tradução nossa).

Outro ponto de discordância com relação à posição do governo russo pela Corte foi a relação proposta entre a “Propaganda Homossexual”, o aumento de riscos à saúde e o problema demográfico. A Corte posiciona que, pelo contrário, a disseminação do conhecimento sobre as relações entre o mesmo sexo, assim como os seus métodos de proteção são essenciais como parte da campanha de saúde pública. A terceira parte inclusa nesta relação, a questão populacional, ainda é trazida como irrelevante para discutir a disseminação de tais informações, uma vez que o crescimento populacional dependeria de uma série de condições, a serviço e influência do Estado, como a prosperidade e segurança econômica e acesso a creches e mecanismos de cuidado infantil.

A decisão da Corte é de que tenha havido então violação do Artigo 10, concernente ao direito à liberdade de expressão. Outrossim, que as leis russas supramencionadas “reforçam o estigma e o preconceito e encorajam a homofobia, o que é incompatível com as noções de igualdade, pluralismo e tolerância em uma sociedade democrática”²⁹ (CONSELHO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS, 2017, p. 29, tradução nossa). Em adição à violação ao Artigo 10, a Corte também atesta que houve violação ao Artigo 14 - princípio de não-discriminação - da Convenção, dado que as leis russas mencionadas reiterariam uma

²⁸ “To create a distorted image of the social equivalence of traditional and non-traditional sexual relationships”

²⁹ “Reinforce stigma and prejudice and encourage homophobia, which is incompatible with the notions of equality, pluralism and tolerance inherent in a democratic society.”

pré-disposição ao embasamento da prevalência da maioria heterossexual contra a minoria homossexual.

3 A EFICÁCIA DAS DECISÕES INTERNACIONAIS NO ÂMBITO DOMÉSTICO RUSSO

Como analisamos na seção anterior, a escolha do caso Alekseyev para este trabalho se deu pelo amplo debate doméstico russo provocado pela primeira decisão da Corte envolvendo a questão das minorias sexuais. Tatyana Moskalkova, membra da Duma e atual comissária federal para Direitos Humanos, classificou a decisão de Estrasburgo como “contrária às normas da moral e ética... e às tradições culturais e religiosas russas”³⁰ (BARTENEV, 2018, p. 332, tradução nossa).

Bartenev (2018) argumenta que, apesar de todos os esforços centrados na defesa do Estado russo sobre o seu direito à supressão das demonstrações das minorias sexuais, as autoridades russas, após a decisão final da Corte, não rejeitaram o seu caráter vinculativo. No Plano de Ação submetido pelo Governo à Corte em 2016, o Estado assegurou que se estavam empregando medidas para garantir a conscientização dos órgãos competentes à consideração e análise para a aprovação de eventos públicos promovidos pelas minorias sexuais, incluindo treinamentos e seminários instrutivos. Ainda afirmam que

“as autoridades reiteram que o público foi informado da igualdade de direitos de todos os cidadãos perante a lei e a Corte, sem quaisquer tipos de restrições. Não há leis na Rússia contra os representantes da comunidade LGBT, sendo estes garantidos da oportunidade de exercer plenamente os direitos garantidos pela Constituição e pela Convenção, incluindo o uso do formato de eventos em massa”³¹ (CONSELHO EUROPEU, 2016, p. 3, tradução nossa).

No entanto, uma proposta de reflexão a ser demonstrada nos seguintes parágrafos é a relação - em certa medida contrastante - da oratória russa na Corte e nos espaços internacionais e a prática implementada em âmbito doméstico. Bartenev (2018) defende que

³⁰“it was contrary to “the norms of morality and ethics . . . Russian cultural and religious traditions.”

³¹ “The authorities reiterate that the public has been duly informed on the equality of the rights of all citizens before the law and court, without any exceptions whatsoever. There are no laws in Russia aimed against representatives of the LGBT community, the latter are afforded the opportunity to fully exercise the rights guaranteed by the Constitution and the Convention, including by using mass events format.”

os efeitos da decisão da Corte no caso Alekseyev foram limitados à aceitação da natureza vinculante da mesma. Ou seja, a oratória se mostra reservada, em comparação à prática doméstica. Como exemplo aqui, podemos citar o caso de Novruk and Others V. Rússia³² (2016). Neste caso, assumem-se duas posturas divergentes: em âmbito internacional, a Federação não questiona em momento algum o conceito de família envolvido no caso; enquanto que, na Corte Constitucional russa, se colocou que a vivência com um companheiro de mesmo sexo não seria equivalente à constituição de família. Com isso, demonstra-se que a retórica para o espaço internacional tem se mostrado muito mais comedida, quando comparada às práticas domésticas.

Ainda assim, quando nos dispomos a contrastar o discurso com a prática, as medidas de conscientização - propostas no Plano de Ação russo em 2016 para o caso Alekseyev - não surtiram efeitos, no que tange à questão da liberdade de assembleia, que levou o caso à Corte. Segundo relatório submetido pela organização não-governamental Coming Out³³ e ILGA-Europe³⁴ (2018) até o presente ano, as autoridades russas recusaram o pedido de aprovação de eventos em massa, similares àqueles trazidos no caso Alekseyev.

Os Planos de Ação submetidos pela Federação, em 2016 e 2018 - referentes aos casos Alekseyev e Bayev, respectivamente - listam 13 eventos conduzidos pela comunidade LGBTQ+, na tentativa de demonstrar os avanços relativos à decisão da Corte. Dentre esses 13, no entanto, 12 não são eventos de assembleia pública, similares ao caso Alekseyev, sendo, em maior parte, seminários ou reuniões conduzidas em espaços privados. O único evento público dentre os 13 foi o Rainbow Flash Mob, conduzido em 2017. Além disso, o relatório de contestação submetido pelas organizações citadas anteriormente ainda traz o número de 250 cidades em que demonstrações públicas LGBT foram banidas entre fevereiro de 2016 e julho de 2018. A maioria destas banições foi aplicada sob o pretexto da Lei da Propaganda Homossexual, que é outro ponto a ser discutido.

A aprovação da Lei, a nível federal, três anos após o julgamento da Corte, pode ser interpretada como uma reiteração dos argumentos de defesa utilizados pela Federação, bem

³² O caso se deu a partir da banição da estadia continuada de estrangeiros que testaram positivo para o vírus da AIDS e que se relacionavam com parceiros do mesmo sexo.

³³ Coming Out é uma organização sem fins lucrativos, localizada em São Petersburgo. Tem como propósito central o reconhecimento universal da dignidade humana, independente de fatores como a identidade de gênero e a orientação sexual.

³⁴ ILGA-Europe é uma associação europeia de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intergêneros. Estende a sua presença aos países da região europeia, visando à equidade de gênero.

como um relativo afastamento das discussões e medidas propostas por Estrasburgo. Nesta mesma linha, no Plano de Ação submetido em 2018 pela Federação, discute-se e rejeita-se o parecer da Corte sobre a Lei de Propaganda Homossexual, uma vez que, em parecer sobre a decisão, a Corte Constitucional russa tenha declarado tal Lei em acordo com os princípios presentes na Constituição do país. No mesmo documento, corrobora-se o caráter legítimo da Lei, à medida que se justifica pela proteção dos direitos constitucionais da família e da infância. Argumenta-se também que a Lei, em nenhuma medida, prevê interferência na esfera da autonomia individual, não impedindo que os representantes desta minoria se expressem em eventos públicos, desde que em discussão imparcial.

Em análise, podem-se mencionar alguns exemplos que demonstram a plena vigência da Lei, mesmo após a decisão da Corte. Dentre estes, estão o fechamento forçado de um centro comunitário para a juventude LGBT em 2017 em São Petersburgo e o bloqueio dos portais mais antigos LGBTs, que davam maior visibilidade sobre a vida desta minoria na Rússia, em 2018. O relatório submetido pelas organizações (2018) também inclui nestes exemplos o bloqueio do maior portal de saúde LGBT “Parni Plus”, já que a informação poderia ser acessada por crianças.

A reação da comunidade acadêmica russa ainda é outro ponto de atenção. A Fundação Científica do Estado Russo iniciou um financiamento de um projeto de duração de mais de um ano que tinha como fim último o “desenvolvimento da argumentação legal interna para apoiar a posição política internacional da Rússia, protegendo os valores tradicionais ao que tange ao status legal internacional da comunidade LGBT”³⁵ (BARTENEV, 2018, p. 334, tradução nossa). O investimento foi canalizado na Universidade Russa da Amizade dos Povos sob o eixo temático de “Aspectos de Gênero da Proteção Legal Internacional dos Valores Tradicionais”³⁶.

Tais valores tradicionais, como vimos, são apresentados como o cerne do argumento russo face às contestações internacionais, cabendo a esta análise um momento de compreensão dedicado ao que se entende por tais “valores tradicionais” e qual o papel exercido neste contexto. Para Wilkinson (2014) tais valores são, antes de tudo, parte de uma estratégia política e poderiam ser atrelados a uma parte constituinte da tática do governo Putin, visando ao estabelecimento de uma relação direta entre a segurança do Estado russo e a

³⁵“development of internal legal reasoning in support of the foreign political position of Russia protecting traditional values to the extent that it relates to the international legal status of LGBT.”

³⁶ “Gender Aspects of International Legal Protection of Traditional Values”.

adequação a dados valores. Na argumentação do autor, a defesa dos “valores tradicionais” surgiu em 2006, quando endereçou a crise demográfica como uma ameaça à segurança do Estado.

Assim, a proteção dos valores tradicionais torna-se uma questão de sobrevivência do Estado e, portanto, dever primeiro do Estado garanti-la. Em outros termos, a proteção do Estado se traduz na proteção de suas principais instituições - lê-se a família tradicional e a Igreja Ortodoxa, no caso russo. Para o autor (2014), tal discurso teria levado também à aprovação da Igreja Ortodoxa que, até 2012, não estaria necessariamente garantida. Em análise do discurso de Putin (2013) é possível que se estabeleça então uma relação direta entre os valores tradicionais, a questão demográfica e, conseqüentemente, a sobrevivência do Estado. Para o presidente, os países do Ocidente estão sofrendo os efeitos da crise demográfica, segundo uma tendência constante de afastamento dos valores cristãos, que seriam, neste caso, a base da civilização ocidental. Esse distanciamento “abre um caminho direto à degradação e ao primitivismo, resultando em profunda crise demográfica e moral. O que mais, além da perda da habilidade de reprodução poderia agir como o maior testemunho da crise moral que a sociedade humana encara?”³⁷ (PUTIN, 2013). O presidente ainda ressalta que a defesa de tais valores morais seria algo natural ao seu escopo de atuação, bem como a garantia dos direitos da maioria - em detrimento ao direito de uma minoria de ser diferente.

Na fala acima do presidente, dá-se então, a partir da ideia de um “Ocidente”, a constituição de um ideário identitário russo, definido em relação de contraste e oposição. Afinal, como apontado por Putin (2015), a sociedade russa “sempre evoluiu em uma ‘complexidade crescente’ como Estado-civilização, reforçado pelo povo russo, língua russa, cultura russa, Igreja Ortodoxa Russa e outras religiões tradicionais”. Ou seja, entende-se que o “ser russo” é constituído de elementos culturais da tradição única russa e, portanto, livres das amarras do mundo ocidental. Nestes termos, associa-se a “tradição” à sustentação deste ideário de identidade russa. No discurso de pré-eleição de Putin em 2012, definiu-se tradição nos termos de estar “diretamente ligada ao renascimento dos ‘vínculos espirituais’ com a preservação da identidade coletiva russa” (2013 apud WILKINSON, 2014, p. 367).

³⁷ “I am convinced that this opens a direct path to degradation and primitivism, resulting in a profound demographic and moral crisis. What else but the loss of the ability to self-reproduce could act as the greatest testimony of the moral crisis facing a human society?”

O Presidente então, apoiado neste ponto, também associa às medidas da Corte e à visibilidade internacional dada ao caso russo na violação contra a minoria LGBTQ+ como um "exagero internacional". Em entrevista ao jornalista americano Charlie Rose, Putin defende que tal exagero seria um ato intencional dos países de fora, que visavam "construir uma imagem inimiga da Rússia por considerações políticas. Eu [o presidente] acredito que esta seja uma das linhas de ataque contra a Rússia"³⁸. Essas linhas de ataque seriam tidas como "não-democráticas" pelo presidente, que considera que se trata de uma estratégia de buscar um modelo de padronização de um mundo unipolar. Sendo assim, "tal mundo unipolar e padronizado não requer Estados soberanos; requer vassalos. Em um sentido histórico, isso leva à rejeição da identidade própria, à diversidade do mundo dada por Deus"³⁹ (2013 apud Wilkinson, 2014, p. 369, tradução nossa).

Uma vez analisada a relevância dos "valores tradicionais" na sociedade russa, podemos fazer o exercício de entendimento proposto por Wilkinson (2014) sobre o acatamento das decisões da Corte, sob o ponto de vista da Federação russa. Entende-se, desta forma, que, o Estado tendo como prioridade última a sua sobrevivência, poderia priorizar as suas próprias medidas em detrimento das normas e obrigações internacionais. O autor (2014, p. 368) associa a esta ideia o conceito de "soberania moral", em que os Estados teriam o direito de decidir sobre as normas morais da sua sociedade, face aos princípios veiculados pela comunidade internacional.

Essa soberania moral é empregada, em parte, como a lógica de sustentação do argumento russo nos espaços internacionais. Por outro lado, como mostramos nos parágrafos anteriores, o Estado, mesmo que sustentado neste pilar de "soberania moral", ainda opta por assumir uma postura mais recatada, como respeitador dos direitos da comunidade LGBTQ+ no âmbito internacional para evitar o foco das discussões internacionais. Esta postura, no entanto, é internalizada em sentido contrário, como instrumento de legitimação da regulação moral da sociedade pelo Estado, ao se tratar das práticas aplicadas de discriminação, respaldada pela ideia dos "valores tradicionais".

³⁸ Informação concedida em entrevista ao jornalista americano Charlie Rose, em setembro de 2015. Tradução nossa.

³⁹ "Such a unipolar, standardised world does not require sovereign states; it requires vassals. In a historical sense this amounts to a rejection of one's own identity, of the God-given diversity of the world."

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa empenhou esforços para discutir elementos que satisfizessem - ainda que não esgotassem - às questões centrais da vulnerabilidade da comunidade LGBTQ+ no território russo durante os governos Putin, do protagonismo da arena internacional e, por fim, da eficácia deste debate quanto à internalização de medidas que visassem à proteção - ou a não-discriminação - da minoria em questão.

Quanto à primeira questão a que se dedicou a pesquisa, examinamos que a situação de vulnerabilidade desta comunidade se dá de forma multidimensional, podendo ser analisada de diversos prismas. O primeiro deles é com relação ao fator cultural. Durante as três seções deste trabalho, pudemos observar que a oratória de defesa russa no plano internacional se sustenta na lógica da proteção aos “valores tradicionais”. Tais valores acabam por reiterar o que Galtung conceitua como “violência cultural”, uma vez que a violência é justificada a partir de elementos da cultura da sociedade. Com isso, tem-se a própria internalização da homofobia, que tornaria justificáveis as violências sofridas, dado que o próprio “ser homossexual” já não seria aceitável. Outro viés que podemos explorar de tal violência cultural é que os próprios órgãos de defesa do Estado são submetidos a essa lógica, tornando embasados os espaços públicos de contestação às violências sofridas pela minoria. Desta forma, vimos que o protagonismo dos fóruns de discussão internacional se dá justamente por um esgotamento dos meios internos para recorrer a algum tipo de proteção dos direitos fundamentais.

Nesta mesma linha, quando analisamos a segunda questão estudada por este trabalho, consideramos que, dentre esse protagonismo atribuído ao meio internacional, a Corte Europeia dos Direitos Humanos tem papel preponderante na promoção dessa discussão. Assim, analisamos dois casos simbólicos - Alekseyev (2010), por ser o primeiro caso referente a minorias sexuais levado à Corte, e Bayev (2017), para nos debruçarmos sobre o debate provocado a partir da Lei de Propaganda Homossexual. Em ambos os casos a decisão da Corte foi favorável aos aplicantes, constatando que a postura russa feria os princípios da Convenção Europeia.

Na terceira seção ponderamos a eficácia da visibilidade promovida na Corte e o grau de internalização no ambiente doméstico da Federação Russa. O que se mostrou foi que há, na verdade, duas facetas da postura russa. Do ponto de vista internacional, esta se mostra

contida, acatando, em partes, às decisões da Corte e não negando o seu caráter vinculante. Por outro lado, as medidas implementadas pelo Estado russo são insignificantes quanto a uma alteração no cenário de vulnerabilidade da comunidade LGBTQ+. Ou seja, segundo as fontes que investigamos, de membros ativistas da comunidade, os indivíduos ainda permanecem sem formas de garantir a igualdade de seus direitos, no que tange à não-discriminação, liberdade de expressão e de associação.

Entendemos, para esta análise, que tal internalização de mudanças significativas na postura do Estado implicaria a contrariedade aos valores tradicionais, tão caros à sociedade russa. Mais que isso, aqui não apenas colocamos sob a luz o aspecto cultural, mas também aquele identitário e, conseqüentemente, político. Trata-se também de uma estratégia política da criação de um ideal nacional do que se tem por “ser russo”, que é concedido por meio da oposição à figura do Ocidente. Assim, “ser russo” é respeitar os valores da família tradicional e, por conseguinte, da Igreja Ortodoxa.

Nota-se, assim, haver um certo impasse de difícil resolução. A postura do governo russo aponta para uma contradição entre o que reconhece diante de órgãos transnacionais e aquilo que pratica em relação à população LGBTQ+ no plano interno. Essa tensão revela os limites da atuação das cortes internacionais em temas vistos como uma afronta à tradição, à cultura e à soberania. O desfecho desse impasse dependerá da força das pressões externas e domésticas que, em conjunto, poderão produzir efeitos mais consistentes para o alinhamento das políticas russas às normas internacionais de proteção aos direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA PELA ÓTICA DE JOHAN GALTUNG: alguns aspectos do terrorismo e o advento da intolerância. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 101-116, out. 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7661#:~:text=Baseado%20na%20compreens%C3%A3o%20do%20soci%C3%B3logo,em%20pauta%20a%20quest%C3%A3o%20da>. Acesso em: 05 jan. 2020.

BARTENEV, Dmitri. LGBT rights in Russia and European human rights standards. **Russia And The European Court Of Human Rights**, [S.L.], p. 326-352, 2018. Cambridge University Press.

BERGER, Felipe Jacques. **A confluência entre a perspectiva soviética do direito internacional e o tratamento estatal russo aos direitos humanos de indivíduos LGBT (2006-2017)**. 2017. 134 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/185263/TCC%20-%20Felipe%20Jacques%20Berger.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 jan. 2020.

BUTLER, Judith. *Notes toward a performative theory of assembly*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

COMING OUT. **Rule 9(2) submission to the Committee of Ministers of the Council of Europe concerning implementation of the Alekseyev and others v. Russia and Bayev and others v. Russia cases**. Geneva: Alternative Report, 2018. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/55815c4fe4b077ee5306577f/t/5bfd0197c2241b9fda9d71e8/1543307674190/2018_10+Alekseyev++Bayev+v.+RF+Rule+9.2+Coming+Out+%5EM+IE+31_10_18.pdf. Acesso em: 29 jan. 2021.

CONSELHO EUROPEU. **Convenção Europeia dos Direitos do Homem**, 2 out. 2013. Disponível em: <https://www.echr.coe.int/documents/convention_por.pdf>. Acesso em 29 set. 2020.

_____. **Convenção Europeia dos Direitos do Homem**, 4 nov. 1950. Disponível em: http://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

_____. Corte Europeia de Direitos Humanos. Acórdão nº 4916/07, 25924/08 and 14599/09. **Case Of Alekseyev V. Russia**. Strasbourg. Disponível em: [https://hudoc.echr.coe.int/fre#{%22itemid%22:\[%22001-101257%22\]}](https://hudoc.echr.coe.int/fre#{%22itemid%22:[%22001-101257%22]}). Acesso em: 19 jan. 2021.

_____. Corte Europeia de Direitos Humanos. Acórdão nº 31039/11, 48511/11, 76810/12, 14618/13 and 13817/14. **Case Of Novruk and Others V. Russia**. Strasbourg. Disponível em: <https://www.refworld.org/cases,ECHR,5852ab944.html>. Acesso em: 19 jan. 2021.

_____. Corte Europeia De Direitos Humanos. Acórdão do caso Bayev and Others v. Russian Federation, nº 67667/09, 20 de junho de 2017. 48 p. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/app/conversion/pdf?library=ECHR&id=003-5755355-7315126&filename=Judgment%20Bayev%20and%20Others%20v.%20Russia%20-%20legislation%20banning%20the%20promotion%20of%20homosexuality.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021

_____. Secretariado Geral de Comitê de Ministros. **Communication Concerning The Alekseyev Group Of Cases Against The Russian Federation nº 4916/07. Communication Concerning The Alekseyev Group Of Cases Against The Russian Federation**. Strasbourg. Disponível em: <https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=09000016806b6291>. Acesso em: 27 jan. 2021.

_____. Secretariado Geral de Comitê de Ministros. **Communication from the Russian Federation concerning the cases of Alekseyev and Bayev and Others v. Russian Federation (Applications No. 4916/07, 67667/09)**. Strasbourg. Disponível em: <https://rm.coe.int/native/09000016808e8dea>. Acesso em: 27 jan. 2021.

DEMETRI, Felipe Dutra. **CORPOS DESPOSSUÍDOS**: vulnerabilidade em judith butler. 2018. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

GALTUNG, J. Cultural violence. *Journal of Peace Research*. Manoa, v.27, n.3, p.291-305, ago. 1990.

INTERNACIONAL, Anistia. **Decisão da CEDH expõe a natureza homofóbica da “lei de propaganda gay” russa**. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/decisao-da-cedh-expoe-natureza-homofobica-da-lei-de-propaganda-gay-russa/>. Acesso em: 26 jun. 2017.

LGBT ORGANIZATION "COMING OUT". **Implementation of the International Covenant on Civil and Political Rights in the Russian Federation**: sexual orientation and gender identity issues. Geneva, 2014.

MESTRE, C. **“Os gays na sociedade russa: total liberdade, mas em sigilo”**. *Voz da Rússia*, 16 fev. 2014. Disponível em: https://br.sputniknews.com/portuguese.ruvr.ru/2014_02_16/os-gays-na-sociedade-russa-total-liberdade-mas-em-privado-7990.> Acesso em: 01 out. 2020.

PRATA FILHO, Ricardo. **Redes transnacionais de combate à homofobia**: uma comparação entre o caso da Rússia e a lei de “propaganda gay” e o caso da Califórnia e a emenda constitucional proposition 8. 2015. 84 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

PUBLICAÇÕES DA ESCOLA DA AGU. **Curso Cortes Internacionais e Constituições**: princípios, modelos e estudo comparado. Brasília: Eagu, 2016. 388 p. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Publ-Esc-AGU_v.08_n.04.pdf#page=139. Acesso em: 04 jan. 2021.

RUBBI, Gustavo de Souza; BATISTA, Larissa Cristina; FREITAS, Ualisson Pereira. A homofobia extraoficial presente no discurso de Vladimir Putin: repercussões e impactos na sociedade e na comunidade lgbt. **V Semana de História do Pontal**, Ituiutaba, p. 1-9, set. 2017.

SUNDSTROM, Lisa McIntosh; SPERLING, Valerie. Seeking better judgment: lgbt discrimination cases in Russia and at the European Court of Human Rights. **The International Journal Of Human Rights**, [S.L.], v. 24, n. 6, p. 750-772, 9 out. 2019. Informa UK Limited.

VLADIMIR Putin on Gay Rights in Russia (September 29, 2015) | Charlie Rose. Virginia, 2015. P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NvTYMhbMbQ0&t=1s>. Acesso em: 30 set. 2015.

WILKINSON, Cai. Putting “Traditional Values” Into Practice: the rise and contestation of anti-homopropaganda laws in russia. **Journal Of Human Rights**, [S.L.], v. 13, n. 3, p. 363-379, 3 jul. 2014. Informa UK Limited.